

“O BANCO MUNDIAL DECIDE POR VOCÊ?”: a financeirização da cidade e a disputa pelo território - o caso do Programa Lagoas do Norte, em Teresina/PI.

Luan Rusvell de Abreu Andrade (IFPI), luan.rusvell@ifpi.edu.br

RESUMO

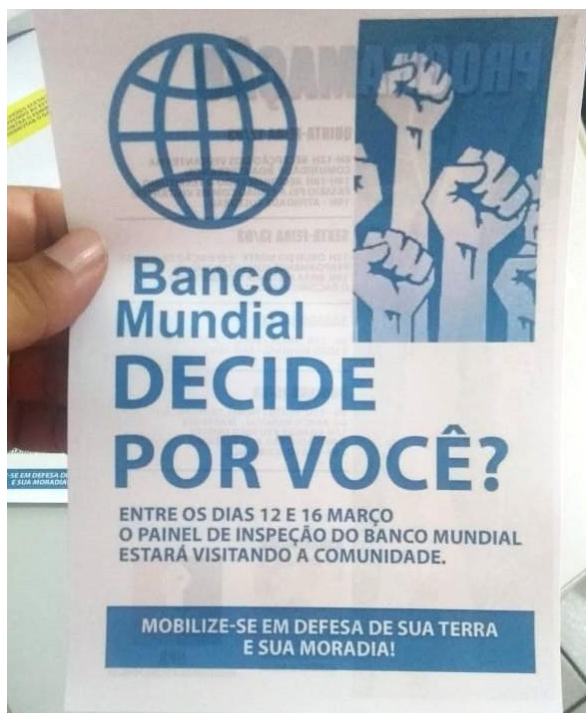
O artigo analisa o papel do Banco Mundial na gestão e implementação de políticas públicas urbanas no Brasil, a partir do estudo de caso do Programa Lagoas do Norte (PLN), em Teresina/PI, desenvolvido entre 2008 e 2022. O Programa foi apresentado como um modelo de boa governança e desenvolvimento urbano sustentável, tendo como objetivo a requalificação socioambiental de uma região historicamente marcada por desigualdades sociais e ambientais. Entretanto, ao longo de sua execução, o PLN tornou-se palco de intensos conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais, o poder público municipal e a intervenção estrangeira da agência de financiamento. A problemática central do estudo consiste em compreender em que medida a concessão de crédito por parte do Banco Mundial está condicionada à implementação de um modelo específico de cidade, orientado pela lógica da financeirização urbana, e quais são os impactos dessa agenda sobre os territórios populares no contexto do Nordeste brasileiro. Parte-se da hipótese de que os empréstimos da agência internacional não se restringem ao financiamento de obras, mas operam como instrumentos de difusão de uma ideologia de gestão urbana alinhada aos interesses do capital global. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise de documentos e relatórios produzidos pelo Banco Mundial e por órgãos públicos municipais, bem como no acompanhamento das mobilizações e denúncias realizadas por comunidades diretamente atingidas pelo Programa. O estudo também dialoga com a literatura crítica sobre financeirização das cidades, governança urbana e direito à cidade. Os resultados indicam que, apesar de avanços pontuais em infraestrutura urbana, o Programa Lagoas do Norte produziu um processo de desterritorialização de comunidades tradicionais, marcado por remoções forçadas, fragilização dos mecanismos de participação popular e violação de direitos fundamentais, especialmente o direito à moradia. Em contrapartida, destaca-se o protagonismo da auto-organização comunitária como forma de resistência contra-hegemônica, capaz de tensionar a agenda urbana promovida pelo Banco Mundial e culminar na suspensão do financiamento do projeto. O caso

de Teresina evidencia, assim, os limites do modelo de desenvolvimento urbano defendido por agências multilaterais e a centralidade das lutas populares na construção de alternativas desde o Sul Global.

Palavras-chave: Financeirização da cidade. Política Pública Urbana. Participação popular. Banco Mundial. Desterritorialização.

1 INTRODUÇÃO

“O Banco Mundial decide por você?”. Era essa a pergunta que se lia em letras garrafais na capa de um panfleto distribuído em comunidades da zona norte de Teresina, em março de 2020, dias antes da visita técnica do Painel de Inspeção do Banco Mundial, cujo objetivo era investigar as denúncias relativas ao maior projeto de urbanização da capital piauiense neste século XXI: o Programa Lagoas do Norte - PLN. O questionamento comunitário é fundamento para o objetivo desta pesquisa que analisará o PLN nos períodos de 2008 e 2015 (Etapa 1) e 2016 e 2022 (Etapa 2). Considera-se também como importante elemento de análise as estratégias de organização e insurgência contra-hegemônica das comunidades impactadas pelo Programa, capazes de medir forças com a maior agência de financiamento do mundo.



Fonte: Movimento Lagoas do Norte Pra Quem? (2020).

Com empréstimo aprovado no ano de 2008, o Programa Lagoas do Norte previa investimentos totais que ultrapassavam 800 milhões de reais - com recursos do Banco Mundial - BIRD, e contrapartida do Município de Teresina e do Governo Federal por meio do PAC - o megaprojeto abrange 13 dos 25 bairros da zona norte da cidade e afeta diretamente a vida de cerca de 110.000 pessoas, caracterizando-o com um dos maiores projetos urbanos financiados pelo Banco Mundial na região Nordeste do Brasil. Já na Etapa 1 do Programa a previsão inicial era de remoção de 1.588 imóveis (TERESINA, 2007b, 2014; BANCO MUNDIAL, 2019).

A crescente insatisfação comunitária durante a Etapa 1 do PLN impulsionou a mobilização das famílias atingidas no movimento “Lagoas do Norte Pra Quem?” que ganhou força com a assinatura do contrato de financiamento para a Etapa 2 do PLN, em 2016. O tensionamento na disputa pelo território das Lagoas do Norte se eleva com o acionamento do Painel de Inspeção do Banco Mundial - um mecanismo de reclamações para pessoas e comunidades impactadas por projetos financiados pela agência - em agosto de 2019, dando início a um inédito processo de investigação no Brasil que culmina com o encerramento do contrato do BM com a Prefeitura de Teresina, em 2022, a partir do reconhecimento por parte da Agência de uma série de falhas e violações de direitos humanos, em especial o Direito à

Moradia e o Direito de Povos e Comunidades Tradicionais, durante a execução do PLN (Banco Mundial, 2020).

A suspensão do contrato e o reconhecimento de falhas na execução de projetos financiados pelo BM, como foi o caso de Teresina, é um dos poucos no mundo em que se chegou a esse resultado. Minha atuação nesse processo se deu enquanto participante do núcleo de Assessoria Técnica Popular do Centro de Defesa Ferreira de Sousa - associação comunitária que agregou a rede de famílias impactadas pelo Programa Lagoas do Norte e apoiadores - entre os anos de 2016 e 2022.

Diante do impacto das transformações de 14 anos de implantação do Programas Lagoas do Norte na cidade de Teresina, pretende-se, também, utilizá-lo como estudo de caso, que possibilite o aprofundamento da questão. Afinal, qual o interesse do Banco Mundial em implementar uma agenda de intervenções para as cidades na região nordeste do Brasil?

O caso do Programa Lagoas do Norte instiga o argumento por trás da hipótese de que a concessão de crédito por parte do BM é condicionada à contrapartida de uma série de ajustes espaciais e, mais importante, a implementação de uma ideologia de boa gestão e boa governança nas administrações municipais com fins à financeirização das cidades. Para testá-la, o projeto deverá cumprir o seguinte objetivo geral: Investigar qual o papel do Banco Mundial na gestão e implementação de Políticas Públicas Urbanas na região nordeste, tendo como estudo de caso o Programa Lagoas do Norte, em Teresina/PI.

Para isso, foram constituídos como objetivos específicos: a) Levantar o histórico de financiamento do Banco Mundial na América Latina, especialmente para as cidades do nordeste brasileiro; b) Investigar qual o modelo de cidade e a concepção de gestão e governança urbana é defendida pelo Banco Mundial; c) Estudar a importância da participação popular no processo de disputa pelo território no caso do PLN.

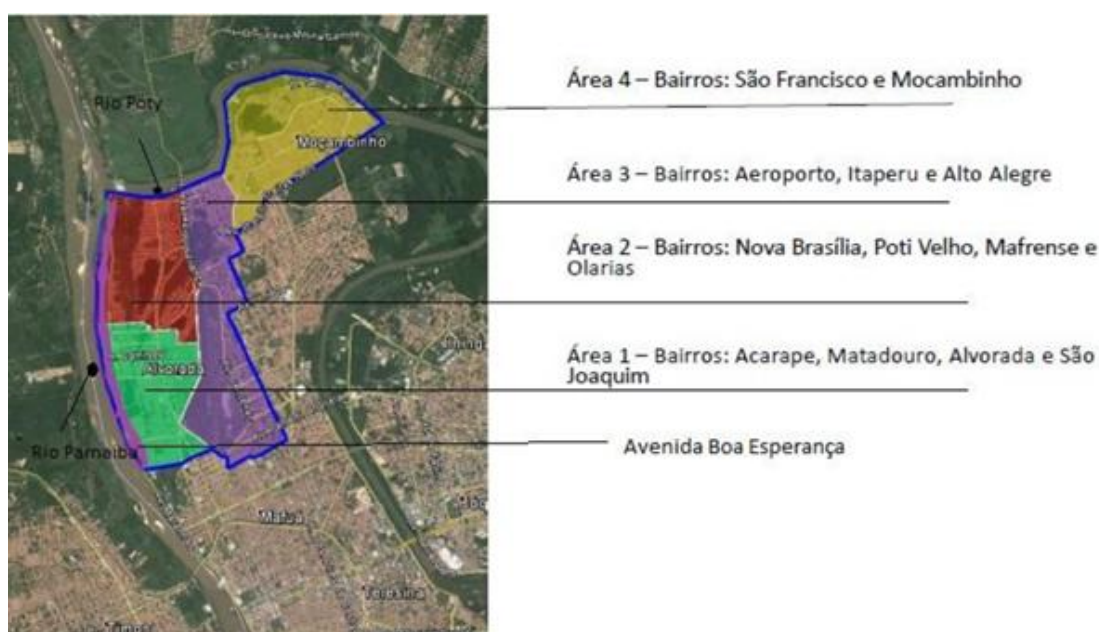
2. TERESINA NO CONTEXTO GLOBAL DE FINANCEIRIZAÇÃO DAS CIDADES

Anunciado como um pretenso modelo de boa Gestão, boa Governança e de referência na implementação de Política Pública Urbana, o Programa tornou-se carro-chefe do projeto de cidade do município de Teresina durante sua execução, entre 2008 e 2022, incidindo sobre 13

bairros da zona norte da capital e impactando diretamente cerca 13% da população teresinense (Teresina, 2014).

O PLN está dividido em 2 fases de execução e em 4 áreas de implantação, conforme pode ser visto na figura 2. No entanto, o território em questão possui características singulares: região de origem histórica de Teresina, parte mesopotâmica do encontro dos rios Parnaíba e Poti e banhada por 11 lagoas interligadas por canais, o território é pertencente às comunidades tradicionais ribeirinhas, lugar de grande importância histórica e ambiental (Teresina, 2014).

Figura 2 - Em destaque os 13 bairros de intervenção do PLN, dividido em suas 4 áreas.



Fonte: PEREIRA, 2017.

Para a sua execução, apenas na Etapa 1, de acordo com o Marco de Reassentamento Involuntário, a previsão inicial era de remoção de 1.588 imóveis. A fase 2, que se iniciou em 2015 e deu seguimento às obras, estimava a desapropriação de mais 1.730 imóveis. Ao todo, cerca de 3.318 famílias seriam removidas, atingindo diretamente mais de 10 mil pessoas (TERESINA, 2007b, 2014; BANCO MUNDIAL, 2019).

O Programa Lagoas do Norte é criado sob a justificativa de, segundo as diretrizes de Desenvolvimento Urbano Sustentável proposto pelo Banco Mundial, melhorar a capacidade de gestão do governo municipal e a qualidade de vida da população de baixa renda que habita a região de sua abrangência. Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico o Programa pretende,

“sob a ótica das intervenções, promover: a urbanização da orla das lagoas, remodelando o sistema viário do entorno e recuperando-as ambientalmente, além de dotar a região com saneamento básico” (Teresina, 2007b, p. 27). Além de representar uma importante etapa na pretensão por atrair investimentos privados na capital piauiense, segundo o urbanista autor dos projetos – membro de um escritório catalão que presta assessoria na implementação de projetos de cidade aos moldes da “cidade competitiva” – busca-se

[...] celebrar o convívio entre a natureza e a cidade no que pode ser chamado um “parque habitado”, com enorme potencial para ativar a economia da região e se consolidar não apenas como um destino para negócios e tratamento hospitalar, mas também como destino turístico (De Paauw, 2016, p.1).

Dada a dimensão territorial do projeto, as mudanças propostas envolvem significativas alterações do espaço, com seus impactos previstos em projeto e reconhecidos pela Administração Pública:

A implantação das obras e intervenções previstas deverá alterar, de maneira definitiva, a paisagem local. Essas mudanças poderão ser avaliadas tanto como adversas, na medida em que a população local perderá certos pontos de referência na paisagem, quanto benéficas, em razão das novas propostas de paisagismo para a região afetada (TERESINA, 2007a, pág. 105).

No entanto, envolvida no contexto global de financeirização das cidades, Teresina passou de modelo na gestão e implementação de Política Pública Urbana do BM para um caso histórico de contraposição a essa ideologia neoliberal voltada para as cidades.

As obras de “revitalização urbana” que envolviam, entre outras, macrodrenagem e saneamento básico, recuperação ambiental de lagoas e a melhoria habitacional, não levaram em conta o devido reconhecimento das características históricas e socioambientais, além de excluir uma parcela significativa dos moradores através de remoções forçadas, justificativa que fundamentou a crescente insatisfação comunitária e o reclame sobre a ausência de consulta prévia e de participação popular na implantação do Programa.

3 O BANCO MUNDIAL E A SUA AGENDA URBANA

No Brasil, assim como em todos os outros países do sul global, junto ao crescente volume de empréstimos aos estados e municípios, há também uma ampliação da influência do Banco Mundial por um ajuste político-institucional do Estado, cujo caráter estratégico revela uma intenção de mudança maior que a proferida em seus discursos; sob o lema principal das chamadas “*boa gestão*” e “*boas práticas de governança*”, a pretensão é por instituir ideias (Cardoso, 2022; Rolnik, 2019; Vainer, 2007; Arantes, 2006). Em seus documentos de avaliação, o Banco expõe abertamente sobre tais estratégias ideológicas destinadas às regiões da periferia do capitalismo, indicando que, em países com instituições “fracas e de baixo desempenho”, o Banco deveria concentrar-se em prover ideias e não dinheiro (Vainer, 2007).

Entre os documentos e relatórios que explicitam os parâmetros das reformas político-institucionais necessárias, segundo critérios do BM, destacam-se *Urbanization* (1972), *Urban Policy and Economic Development* (1991), *Governance and Development* (1992) e *Cities in Transition* (2000). Suas propostas de ajustes também se adequam ao contexto político e econômico da época. Do explosivo fluxo migratório para as cidades, na década de 1970, passando pela crise da dívida externa do Terceiro Mundo, em 1982 e culminando na nova proposta de democracia, a “democracia de mercado” - firmada no do Consenso de Washington, em 1993 (Cardoso, 2022).

Em *Cities in Transition* (Banco Mundial, 2000), a abordagem então passa a ser atingir o maior número possível de cidades, na estratégia denominada de pelo Banco de “por atacado”. Para designar esta forma de gestão, o BM resgatou a expressão “governança urbana” e passou a dar importância cada vez maior às questões que envolvem este tema. O pretenso aperfeiçoamento institucional desenha um modelo de gestão urbana com fins à “nova questão urbana: produtividade e competitividade [cujo] projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globais.” (Vainer, 2007, p. 78)

É frente a essa agenda de intenções, que no Brasil, a partir de 2003 iniciaram os contratos com as Prefeituras das capitais, inaugurando tais operações justamente pelo nordeste, em acordo com a Prefeitura de Recife, em 2003.

Não apenas em Teresina, mas ao longo dos anos e por meio de suas cartas de crédito, o fato é que o Banco Mundial vem expandindo sua atuação como financiador de grandes projetos no Brasil, consolidando o país como o principal mutuário na América Latina e, em termos globais, como o segundo maior cliente do BM, atrás apenas da Índia. Neste mesmo período (1990-2020), entre os maiores tomadores de empréstimos do país com o BM, destacam-se

contratos firmados com as prefeituras das capitais nordestinas, além de Teresina nos anos de 2008 e 2016, o Banco também destinou recursos para as cidades de Recife (2003, 2007 e 2012), São Luís (2008), Fortaleza (2017) e Salvador (2017 e 2020) (Pereira, 2023).

Entre 1990 e 2020, é crescente o volume de empréstimos que a Agência destinou às gestões urbanas municipais: mais da metade dos recursos autorizados (55,7%) pelo Banco para os municípios brasileiros, foram destinados para a linha de crédito “Ajuste de políticas”; outras linhas priorizadas foram “Desenvolvimento urbano” (11,2%) e “Gestão pública” (9,3%), números que evidenciam o interesse do Banco em expandir sua influência principalmente sobre as Políticas Públicas Urbanas dos municípios (Pereira, 2023, p. 217).

Além de suas projeções espaciais, progressivamente, a agência foi difundindo seus ideais político-institucionais por meio de campanhas e programas, como a Campanha Global pela Boa Governança e o Programa de Gestão Urbana, ambos realizados juntamente com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Agência Habitat. Apostando no marketing urbano, o PLN é indicado ao World Habitat Awards 2016-2017, paralelamente a isso, os Parques Urbanos - construídos durante a primeira etapa do Programa, entre 2008-2016 - eram incluídos no Plano de Parcerias Público Privadas de Teresina (Teresina, 2017).

3.1 A CIDADE EM DISPUTA

A relação existente entre cidade, globalização e capitalismo é um dos eixos centrais dos estudos sobre a produção contemporânea do espaço urbano. Harvey (2014), para quem a globalização é um mecanismo cada vez mais sofisticado de reprodução das políticas neoliberais, argumenta que “o capitalismo não pode sobreviver sem seus ‘ajustes espaciais’” (Harvey, 2014, p.80.). Fundado em sua teoria urbana crítica, o autor explica que as cidades são, enquanto centros de poder econômico e político, o espaço idealizado de acumulação do capital, e que assim “o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível.” (Harvey, 2005, p. 53).

Havendo um modelo de cidade ideal que atenda a lógica do sistema capitalista, há também uma disputa pelo espaço urbano - considerada uma *guerra dos lugares* por Rolnik (2019) - que demanda a mercantilização da terra e da moradia urbanas, sujeitas ao fluxo global

de progressiva acumulação do capital. Nesse contexto, é consenso entre autores como Rolnik (2019), Harvey (2014) e Vainer (2007) que o Banco Mundial assume um papel fundamental na disseminação de um modelo de financeirização das cidades enquanto promotor de um programa de ajustes estruturais na política urbana global.

Com um projeto específico de urbanização destinado às cidades do Sul Global, no Brasil, a complexa organização territorial gerou processo de urbanização desiguais e contraditórios entre as regiões. O início das operações urbanas do BM no Brasil respondeu ao vertiginoso fluxo migratório rumo às grandes cidades na década de 1970. No entanto, como explica Santos (2013), enquanto o Sudeste “consegue, a partir do primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva, eficiente aos interesses do capital dominante, cada vez que há uma modernidade, esta é encampada pela região.” (Santos, 2013, p. 69), o Nordeste foi ponto de partida da corrente migratória rumo à modernidade, estabelecendo uma urbanização ainda mais precária.

A crescente presença do Banco Mundial no nordeste brasileiro, indica a execução de sua política afirmativa e de sua agenda de ajustes para as cidades, pretendendo implantar seus padrões de modernidade e com o objetivo de ativar economicamente novas áreas de reprodução do capital. É o caso do Programa Lagoas do Norte e diversos outros contratos ativos com prefeituras da região, o que pode indicar um novo campo de interesse da Agência, correspondente ao contexto contemporâneo das cidades do Nordeste.

E que outras alternativas são possíveis nesta disputa?. É aí que se apresenta o entusiasmo radical de Harvey (2014) que ajuda a enxergar *Espaços de Esperança*. Partindo das reflexões de Lefebvre e Foucault sobre os mecanismos de dominação global e sua manifestação não só no espaço, mas também de “todos os sentidos e todos os corpos”, o autor lança a estratégia: “A libertação dos sentidos e do corpo humano do absolutismo do mundo produzido do espaço e do tempo cartesiano/newtonianos se torna central às suas estratégias de emancipação. E isso significa contestar a visão mecanicista e absolutista por meio da qual o corpo é contido e disciplinado.” (Harvey, 2014, p. 139).

Um dos principais focos da resistência comunitária acontece, no mesmo bairro São Joaquim, na comunidade da Boa Esperança, formada por aproximadamente 300 famílias, cuja remoção estava prevista ainda para o ano de 2014. Outro exemplo é o dos moradores da rua Manoel de Aguiar Filho, bairro Mafrense, que seguem em luta contra a desapropriação de

aproximadamente 200 famílias desde o ano de 2018. Os moradores destes locais fizeram denúncias em agosto de 2019, junto ao Painel de Inspeção do Banco Mundial^[1], reivindicando o direito à decidir sobre seu território e expressando o pertencimento ao lugar onde vivem:

O que nós questionamos, parque lagoas do norte para quem!? Neste projeto a ser executado requer a remoção de mais de 70% das moradias da etapa atual, existem famílias que moram há 40 anos de residência nesse local, pois já existe um grande valor sentimental pela sua moradia (...) Essas pessoas mais antigas, fazem parte da história da comunidade, pois agora com a vinda do parque pensávamos que iríamos nos beneficiar com as maravilhas do projeto da prefeitura, já que estamos tanto tempo à espera de uma benfeitoria, pois agora não nos dão escolha de ficar, para usufruir dos benefícios do parque. Acreditamos que reassentamento involuntário seja a última opção para o projeto (...) os moradores não estão tendo a opção de ficar nas suas residências, pois a prefeitura obriga os moradores a sair do local sem necessidade, por que tem área suficiente para construção parque sem a remoção das famílias. O que queremos, é permanecer em nossas residências e disfrutar da beleza do parque futuramente (BANCO MUNDIAL, 2019b, p. 26).

Apoiando-se no argumento de Lefebvre (2001) de que o Direito à Cidade é ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência, o sentimento expresso na carta de reclamação escrita pelas comunidades e endereçada ao Painel de Inspeção do Banco Mundial é também manifesto do que seria o Direito à Cidade:

“Ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa (...)” (Harvey, 2014, p.11).

Sobre os conflitos existentes na disputa pela cidade, Souza e Rodrigues (2004, p.24) adverte que as decisões das Políticas Públicas nunca são “neutras”, e que, portanto a consideração das relações de poder e os diversos interesses de grupos, classes, instituições, empresas etc, devem ser tomadas como parte do processo de gestão e implementação de qualquer política, servindo de escopo para o alinhamento resolutivo do conflito. No entanto, o que afirma o autor, é que quanto maior a dependência à lógica capitalista, maior a tendência do

Estado a ser controlado por classes e instituições dominantes do poder econômico, minando os processos de participação popular nas decisões.

3 PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nestas últimas décadas de expansão da influência do Banco Mundial no Brasil, e da crescente aproximação da Agência com as prefeituras municipais no nordeste, o caso de Teresina é emblemático por representar uma interrupção dessa agenda estratégica voltada para as cidades. O Estudo de caso sobre o Programa Lagoas do Norte é campo interessante de investigação nesta problemática por conta do amplo e participativo processo de investigação pelo qual passou o Programa, e que expôs os termos de acordo, contradições e também possibilidades de luta e participação popular dentro do cenário de disputa pelo território. Financiado como um modelo de Política Pública Urbana a ser replicado, a implementação do PLN ao tempo em que inseriu a capital piauiense em um contexto mundial de financeirização das cidades, foi a insurgência comunitária em defesa do território e contra as ideologias hegemônicas que a localizou no globo como exemplo de resistência contra-hegemônica.

O Programa Lagoas do Norte foi criado sob a justificativa de, segundo um modelo de desenvolvimento sustentável proposto pelo Banco Mundial, melhorar a capacidade de gestão do governo municipal e a qualidade de vida da população de baixa renda que habita a região de sua abrangência. Todavia, os impactos causados pelas obras têm sido questionados, principalmente por conta da remoção de milhares de famílias que vivem nos bairros afetados.

Desse modo, problemas estruturais da Região Norte de Teresina são colocados como questões a serem superadas com as obras do PLN através de ações que promoveriam a (re)estruturação, a (re)qualificação e a (re)vitalização desse território, a fim de potencializá-lo economicamente.

Assim como em Teresina, alertando para o crescente número de cidades da América Latina que vêm contratando a consultoria de escritórios catalães – incentivadas por financiadores internacionais, como é o caso do Banco Mundial –, Vainer (2007) denuncia que “este modelo de cidade implica a [sua] direta e imediata apropriação [...] por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania.” Sujeita a este padrão de ‘reestruturação urbana’, que obrigatoriamente implica uma sobreposição dos interesses

econômicos acima dos direitos culturais, a zona norte de Teresina estaria então passando, de forma mais oficial e orquestrada, pela etapa de “colonização da terra e da moradia na era das finanças” como prevê Rolnik (2019) ao refletir sobre os aspectos, agentes e condições envolvidos na atual *guerra dos lugares*.

Outros autores como Harvey (2014) e Souza (2016) acreditam que essa tendência de produção do espaço tem caracterizado uma nova interface do capitalismo global, ou seja, no caso do PLN, o remodelamento urbano proposto faz parte de uma estratégia maior que visa a “higienização” socioespacial a fim de criar novas áreas de reserva e exploração do capital imobiliário. “Revitalizar” espaços considerados obsoletos tem sido um dos expedientes na criação de novas ‘frentes pioneiras urbanas’ para o capital” (SOUZA, 2016).

Conforme denunciado pelos moradores, a maneira como o projeto vem sendo executado afeta diretamente a história das comunidades locais. Na carta comunitária enviada é denunciada a remoção em massa de famílias da Zona Norte de Teresina, alijadas dos espaços de participação e decisão durante a execução do Programa.

A pretensa ‘qualificação’ urbana e a pressão do mercado por ativar economicamente áreas estratégicas da cidade de Teresina se converteu em um processo de exclusão social da população que vive na região conhecida como Lagoas do Norte. As transformações impostas vem sendo seguidas por uma série de denúncias de violações aos Direitos Humanos, principalmente no âmbito do Direito à Moradia, afetando principalmente territórios onde vivem comunidades tradicionais (ROLNIK, 2019).

Como visto, trata-se de uma região em que os conflitos territoriais traduzem parte da própria história de Teresina. Mesmo com o aperfeiçoamento dos métodos de negação desta parte da cidade - hoje centrados no discurso de melhoria urbana condicionada à lógica do reassentamento involuntário – as populações e suas tradições culturais permanecem resistindo às ameaças de remoção involuntária. Estas seguem reivindicando seu pertencimento local e respondendo às ameaças de desterritorialização por meio de seus saberes e práticas tradicionais.

As decisões técnicas que previam uma verdadeira transformação do espaço, com melhorias promovidas nos moldes da reurbanização eurocêntrica e nos padrões de governança neoliberal, esbarrou na resistência do levante comunitário e no seu questionamento: ‘Lagoas do Norte Pra Quem?’. Como o próprio lema do movimento popular sugere, as decisões sobre o território vem ocorrendo sem levar em consideração os desejos e a ancestralidade dos seus

habitantes, identificados oficialmente apenas como “moradores em situação de risco” e passíveis de reassentamento involuntário.

A percepção de que o território é hoje uma das regiões com maior potencial de valorização da cidade e com forte pressão de setores econômicos dá sentido ao complexo jogo de interesses e a antagônica disputa entre o valor de uso e o valor de troca do solo urbanizado. Observa-se que, enquanto política pública, o Programa Lagoas do Norte atendeu parcialmente às antigas demandas dos moradores, principalmente com a implantação de equipamentos públicos e a ampliação da rede de saneamento básico.

Santos (2019) nos ajuda a compreender o que vem ocorrendo na zona norte de Teresina ao refletir sobre os processos reprodutivos da colonização contemporânea. Segundo o autor “a guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades”. Neste sentido, o autor cita a execução de megaprojetos e das grandes obras de infraestrutura como uma das estratégias atuais para a desterritorialização dos povos. Assim, diferente do prometido pelo PLN, os projetos ditos para o “desenvolvimento sustentável” podem ser entendidos como expressão de um princípio colonizador para apropriação dos recursos naturais e implementados por meio da desterritorialização de comunidades tradicionais. Este processo contrapõe o que chama de biointeração, processo concebido a partir de outra lógica para as relações entre seres humanos e natureza, constituindo-se ainda em princípio fundamental dos saberes populares e tradicionais com seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, observa-se que o que vem ocorrendo na zona norte de Teresina segue os mesmos padrões daquilo que vem se chamando de ‘desenvolvimento urbano’, justificando ações parecidas em diversas outras cidades do Brasil e do mundo. No caso em apreço, dado o fato de que o PLN está promovendo a maior transformação urbana do século XXI na capital (como anuncia a Prefeitura Municipal de Teresina), é preciso atentar para diversas questões, como os conflitos e impactos provocados por sua implementação, em parte aludidos nas discussões deste trabalho.

Ao longo de 14 anos de execução, com aproximadamente 38% dos investimentos previstos já realizados (BANCO MUNDIAL, 2019a) e um terço dos deslocamentos forçados

efetivados, é possível concluir que já lidamos com um dos maiores processos de higienização urbana da história de Teresina, ainda por reverberar seus efeitos nocivos da marginalização da população removida, da negação das culturas tradicionais, do remodelamento urbano não-identitário, da especulação imobiliária e da turistificação excludentes.

Os resultados da investigação realizada pelo Painel de Inspeção do Banco Mundial que reconheceu as falhas do Programa e as consequências do processo que levou à suspensão do contrato de financiamento do Programa Lagoas do Norte é tema de aprofundamento futuro desta pesquisa. Ressalta-se que as tentativas de desterritorialização das comunidades que vivem na região impactada pelo PLN seguem em curso aliadas às políticas urbanas de higienização mais amplas, financiadas por recursos públicos e projetos de privatização, desde de 2023 até os dias de hoje.

No Brasil, as pesquisas sobre o tema do papel das agências multilaterais de financiamento e o intervencionismo estrangeiro no processo de financeirização das cidades têm ganhado cada vez mais relevância, no entanto, a centralização desses estudos em casos da região sudeste, deixa descoberto um vasto campo de investigação que se atente a realidade específica do Nordeste. Com isso, este estudo pretende seguir as investigações sobre as consequências causadas pela intervenção estrangeira nas políticas urbanas das cidades nordestinas, em especial em Teresina.

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. F. **O Ajuste Urbano**: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. , v.20, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Cities in transition**: Urban and local government strategy. Washington: Banco Mundial, 2000.

_____. Painel de Inspeção. **Notificação de Registro. Pedido de Inspeção**. BRASIL: Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina (P088966) e Financiamento Adicional para o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina (P146870), 2019a. Disponível em: <<https://www.inspectionpanel.org/sites/www.inspectionpanel.org/files/cases/documents/140->

[Notifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Registro-19%20September%202019.pdf](#)> Acesso em 20 jan. 2026.

_____. Painel de Inspeção. **Relatório e Recomendação sobre Solicitação para Inspeção.** BRASIL: Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida de Teresina - Financiamento Adicional (P1 46870), 2019b. Disponível em: <<https://inspectionpanel.org/sites/inspectionpanel.org/files/cases/documents/140-Painel%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20Relat%C3%B3rio%20e%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Solicita%C3%A7%C3%A3o%20para%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20-%2025%20de%20novembro%20de%202019.pdf>> Acesso em 20 jan. 2026.

_____. **Relatório de Resposta e Recomendação da Gerência em Resposta ao Relatório de Investigação do Painel de Inspeção.** BRASIL: Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida de Teresina - Financiamento adicional (acordo de empréstimo nº 8586-BR), 2020.

CARDOSO, F.S. **Governança como ideologia e ajuste político-institucional e urbano do Banco Mundial.** Geosp, v. 26, n. 3, e-180853, dez. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/gkrnXrchqqZZVc7HKFtSLVv/>

DE PAAUW, Robert. **Desafios na Requalificação Urbana e Ambiental:** Parque Lagoas do Norte, Teresina, PI. In: 4º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2016. Belo Horizonte. Anais Eletrônicos. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** Edições Loyola, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

PEREIRA, J.M.M. **Seguindo o dinheiro:** uma análise da atuação do Banco Mundial no Brasil (1990: 2020). In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 119, p. 204-249, 2023.

PEREIRA, Lucas Coelho. **Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí. Dissertação.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de Brasília, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização quilombos: modos e significações.** 2 ed. Brasília: Ayô, 2019.

SOUZA, M. L. e RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo, UNESP: 2004.

SOUZA, M.L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L. e SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção capitalista do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 147-166.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Avaliação ambiental do programa de melhoria da qualidade ambiental de Teresina - Programa Lagoas do Norte, relatório de avaliação ambiental-RAA,** 2007a. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/583721468021292553/pdf/E16180v20RAA04final053Mar306072.pdf>> Acesso em 10 jan. 2026.

_____. Programa Lagoas do Norte: **Marco de Reassentamento Involuntário,** 2007b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/808081468020061367/pdf/RP5480REVISED010final01March0301071.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2026.

_____. Prefeitura Municipal. Programa Lagoas do Norte: **Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da 2a fase do Programa Lagoas do Norte,** 2014.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas - PMPPP**. Secretaria Municipal de Parcerias e Concessões, 2017.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 75-103.